

Rombo de US\$ 20 bilhões

O virtual presidente da República Fernando Henrique Cardoso, ao cumprir a promessa de realizar uma auditoria nos maiores contratos com empreiteiras para execução de obras públicas, vai encontrar um rombo que chega a US\$ 20 bilhões. Essa é a estimativa da Comissão Especial de Investigação (CEI) que, desde o início deste ano, vem se dedicando a detectar os indícios de superfaturamento.

"Se fosse possível sustar agora todas as obras do governo em execução e fazer novas licitações poderia haver uma economia de US\$ 20 bilhões", afirma o ministro-chefe da Secretaria de Administração Federal (SAF) e presidente da Comissão, Romildo Canhim. Pelos cálculos da CEI, somente 50% do valor dos recursos pagos às empreiteiras são realmente utilizados nas obras públicas. O restante, os outros 50%, vai para corrupção.

Um exemplo de malversação dos recursos públicos está no Ministério dos Transportes. Investigação realizada pela Comissão detectou que dez contratos com dez grandes empreiteiras apresentavam superfaturamento de preços pelo

mesmo tipo de serviço variando de 52% a 2.573%. Dentro do Ministério dos Transportes os principais focos de corrupção estão localizados no Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), nas Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) e do Estado de São Paulo (Codesp) e na Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

As empreiteiras envolvidas são a Norberto Odebrecht, OAS/BH, Tratex, Queiróz Galvão, Andrade Gutierrez, CBPO, Constran, Mendes Junior, Cristiani Nielsen e C.R. Almeida. O governo já suspendeu alguns desses contratos e, caso fique comprovado o superfaturamento das obras, as empreiteiras ficarão impossibilitadas de participarem de qualquer licitação pública durante cinco anos.

Ainda esta semana, na sexta-feira, a Comissão pretende examinar contratos com suspeitas de irregularidades nos ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional. Um levantamento preliminar da CEI já apontou que pelo menos cinco mil contratos firmados com o Ministério da Integração Regional são irregulares.